

Falácias acadêmicas, 5:

O mito do complô dos países ricos contra o desenvolvimento dos países pobres

Paulo Roberto de Almeida

1. A busca de culpados (sempre deve existir algum...)

Dentre todos os mitos já explorados e a serem examinados nesta avaliação serial dos equívocos mais renitentes no meio acadêmico, nenhum parece tão poderoso quanto o que pretende que os países ricos, que teriam outrora alcançado o seu desenvolvimento graças a uma série de políticas por eles hoje recusadas aos países emergentes, estariam agora ativamente empenhados em impedir que esses países, eufemisticamente ditos em desenvolvimento, possam galgar, igualmente, a escada da prosperidade econômica e os degraus da capacitação industrial e tecnológica, tornando-se, como eles, desenvolvidos.

Continuemos, pois, o exame dos equívocos selecionados nesta série¹ pela análise crítica de um dos exemplos mais notórios da “teoria conspiratória da história”, a tese do complô dos ricos contra os pobres, a presumida ação mancomunada dos desenvolvidos contra o crescimento e o progresso material dos países pobres ou menos desenvolvidos. O conjunto de “teses” defendidas pelos partidários do que classifico desde já como mais uma falácia, não deixa de apoiar-se em exemplos históricos que estariam aparentemente em linha com os argumentos dos defensores dessa teoria conspiratória, em especial no que se refere às políticas setoriais (industrial e comercial, em especial) e à suposta ação clarividente do Estado “empreendedor”.

2. Friedrich List: versão século 21

O mais conhecido defensor contemporâneo dessa teoria é o economista coreano, atualmente na Cambridge University, Ha-Joon Chang, que se utiliza da famosa imagem forjada pelo seu predecessor alemão de 150 anos atrás, Friedrich List, para afirmar que os países ricos estão querendo “chutar a escada” que os levou a ser o que hoje são. Este é, aliás, o título de um de seus livros mais famosos.²

Sua obra mais recente, *Bad Samaritans*, também publicada no Brasil, segue na mesma linha.³ Promovida pela Ordem dos Economistas do Brasil, a obra constituiu o centro de atração de um seminário realizado em São Paulo, em janeiro de 2009, sob a responsabilidade da Ordem e da Fundação Getúlio Vargas, em torno de um programa de estudos focado na revisão do pensamento econômico sobre o desenvolvimento.

Seguindo as idéias de Chang, o coordenador da Escola de Economia da FGV-SP, Paulo Gala, acredita que “as experiências de maior sucesso observadas nos anos recentes, Coreia do Sul e Taiwan, nos anos 70 e 80, e China e Índia nos 90, basearam-se justamente em

¹ A relação dos ensaios já publicados na *Espaço Acadêmico* e uma lista sugestiva de temas a serem eventualmente tratados em trabalhos futuros podem ser encontradas em meu site pessoal, neste link: www.pralmeida.org/05DocsPRA/FalaciasSerie.html.

² Cf. Ha-Joon Chang, *Kicking Away the Ladder: Development Strategy in Historical Perspective* (Londres: Anthem Press, 2002), já publicado no Brasil: *Chutando a Escada: estratégia de desenvolvimento em perspectiva histórica* (São Paulo: UNESP, 2004).

³ Cf. Ha-Joon Chang, *Bad Samaritans: The Myth of Free Trade and the Secret History of Capitalism* (Londres: Bloomsbury, 2007); *Maus Samaritanos: o mito do livre-comércio e a história secreta do capitalismo* (Rio de Janeiro: Elsevier, 2009).

políticas contrárias às recomendações de Washington”.⁴ Como já tratamos do problema do Consenso de Washington em ensaio anterior desta série,⁵ não iremos nos debruçar novamente sobre mais esse mito do pensamento acadêmico. Mas caberia registrar os “seis mitos neoliberais” que este professor brasileiro considera que vêm sendo propostos pelas instituições símbolo da globalização capitalista e que, em sua opinião, se revelaram incapazes de produzir os resultados prometidos.

Os “seis mitos neoliberais”, vários deles fictícios, seriam os seguintes: “1) os países ricos atualmente alcançaram seu sucesso através de políticas comprometidas com o livre mercado; 2) o neoliberalismo funciona; 3) uma globalização neoliberal não pode e não deve ser interrompida; 4) o modelo americano de capitalismo neoliberal representa o ideal, o qual todos os países em desenvolvimento devem replicar; 5) o modelo do Leste Asiático é idiossincrático, o modelo americano é universal; 6) países em desenvolvimento precisam de disciplina fornecida pelas instituições internacionais e por instituições politicamente independentes (Banco Central, por exemplo)”.⁶ Não vou agora rebater argumentos que são mistificadores, em sua maior parte, inclusive porque o autor em nenhum momento traz qualquer comprovação de que esse tipo de proposição simplista venha sendo defendido pelas organizações “neoliberais” (eu apenas recomendaria que ele lesse mais história do mundo, estudasse um pouco mais de economia e observasse a realidade, simplesmente). Para preservar o foco, vamos tratar aqui apenas dos argumentos centrados sobre a “teoria do complô”, que constitui todo um capítulo na história das falácias acadêmicas.

3. Uma história secreta do capitalismo?

O subtítulo do mais recente livro de Ha-Joon Chang já constitui, por si só, uma prova eloqüente em favor de uma tese, aliás, uma verdadeira teoria, muito disseminada em certos meios acadêmicos. Colocada de maneira simplista, mas nem por isso menos correta, essa tese diz mais ou menos o seguinte: os países ricos – durante os momentos iniciais de sua decolagem econômica, e na fase de consolidação do desenvolvimento social – puderam exercer toda a latitude de políticas econômicas: desde as mais liberais – quando podiam, ou precisavam – até as mais protecionistas e subvencionistas – estas últimas, de maneira mais intensa ou freqüente, e sem que alguma entidade “ortodoxa”, do tipo do FMI ou o Banco Mundial, viesse lhes dizer o que deveriam ou poderiam adotar como políticas macroeconômicas e setoriais – até que puderam garantir para si um processo de crescimento sustentado, marcado pela autonomia tecnológica e a plena soberania sobre suas principais políticas públicas.

Uma vez alcançado o estágio em que se encontram, ou seja, de países líderes nas classificações de prosperidade econômica e do avanço tecnológico, eles se empenham todos – como se tivessem combinado tudo em algum local secreto de planejamento de maldades capitalistas – em impedir que países retardatários e os subdesenvolvidos, de maneira geral, os imitem, copiem o que fizerem, enfim, que os alcancem, do alto de seu progresso econômico e capacitação tecnológica. Numa reedição prolongada da falácia original de List e, de maneira tão perversa quanto calculada, os países ricos “chutam a escada” que permitiria aos atrasados chegar onde eles chegaram; constroem, assim, um fosso intransponível entre eles, um grupo pequeno de egoístas desenvolvidos, e todo o

⁴ Cf. Paulo Gala, Apresentação a *Maus Samaritanos*, op. cit., p. ix.

⁵ Ver, deste autor, “Falácias acadêmicas, 2: o mito do Consenso de Washington”, in *Espaço Acadêmico*, n. 88, setembro 2008; link: <http://www.espacoacademico.com.br/088/88pra.htm>.

⁶ Cf. Gala, idem, p. x.

resto do mundo, um imenso conjunto de eternos condenados ao atraso e à pobreza (e, no mesmo movimento, levados a transferir renda para os de “cima”, como agravante).

Trata-se de uma caricatura, claro, mas apenas em parte. Vejamos a síntese que faz seu principal defensor, e prefaciador, no Brasil, Luiz Carlos Bresser Pereira, desse tipo de teoria propagada com maior competência por Chang: “Em *Maus Samaritanos*, Ha-Joon Chang faz uma crítica devastadora da teoria econômica ortodoxa ou neoclássica ao mostrar que suas propostas de política econômica são para uso externo, não sendo utilizadas pelos países ricos que as propagam” (p. xiii). Não contente em aderir à teoria conspiratória da história, Bresser Pereira agrava o seu caso, insistindo na tese do complô dos ricos contra os pobres seguidores infelizes do terceiro mundo. Vejamos o que ele diz, numa reconstituição histórica do processo de desenvolvimento econômico em escala mundial: “Desde a Revolução Industrial a teoria econômica tem sido um instrumento para justificar internamente o capitalismo e para evitar que os demais países que ficaram atrasados no seu processo de industrialização também cresçam e lhes façam concorrência” (p. xiii). Trata-se, sem dúvida alguma, de uma grave acusação a todos os teóricos da economia ortodoxa ou neoclássica, que poderiam invocar, se fosse o caso, o sentido moral de sua atividade, posto que transformados em simples fatores de uma espécie de “colonização mental” conduzida a partir de seus centros de estudo. Seria risível, se não fosse eticamente questionável.

O professor da FGV-SP parece apreciar piadas históricas, já que Bresser Pereira tem prazer em reincidir na teoria: “A onda ideológica neoliberal que tem início nos anos 1970 tem como uma de suas motivações essa neutralização [dos concorrentes dos países em desenvolvimento], como objetivo nunca confessado, e jamais plenamente consciente” (p. xiv). Todos os elementos da teoria conspiratória estão presentes, posto que, segundo Bresser, Chang não hesita em “criticar os ‘maus samaritanos’ – os agentes dos países ricos e do neoliberalismo que aconselham mal os países em desenvolvimento, que afirmam estarem ajudando-os quando, de fato, estão criando obstáculos ao seu desenvolvimento” (p. xv). Esses agentes seriam uma combinação de professores adeptos da teoria neoclássica, os funcionários e consultores das organizações internacionais mais importantes na área econômica (FMI, BIRD, OMC) e os representantes dos países ricos que conduzem programas de ajuda e de cooperação técnica para os países pobres.

Mas não vale a pena continuar a falar da tese principal por meio de intérpretes de segunda mão; melhor ir direto ao original. Dois equívocos parecem estar em causa na construção desse tipo de mito que recebeu a poderosa contribuição de um economista que se lança de maneira ousada (embora leviana) nos caminhos da história: (a) a falácia de que os países ricos se tornaram o que eles são atualmente em virtude de um conjunto racional de políticas direcionadas a tal objetivo, aplicadas de forma sistemática e consciente, a despeito de contrariarem o pensamento econômico liberal de sua época; (b) e outra falácia, já pertencente à “teoria conspiratória da história”, é a de que esses países têm-se empenhado, desde então, em impedir que os pobres os alcancem, armando arditamente um complô para obstar a que os atrasados cheguem ao topo da escada.

Esses dois argumentos se baseiam numa leitura seletiva, incompleta e deformada da história, e são incapazes de se sustentar pela lógica de funcionamento do sistema capitalista (na verdade, da economia de mercado), ou pelo seguimento da experiência concreta de diferentes países engajados desde então no caminho do desenvolvimento, alguns bem sucedidos, outros, infelizmente, não.

4. Políticas estatais como fator de desenvolvimento?

Chang, tanto no seu livro anterior, *Chutando a Escada*, como neste atual, *Maus Samaritanos*, conta a mesma história, embora com argumentos ligeiramente diferentes, mas por meio do mesmo uso seletivo dos dados históricos. Na verdade, não é tanto da história que ele pretende falar – inclusive porque não se trata de um historiador econômico, nem, aliás, de um economista historiador – mas da “história” presente, ou o que ele pretende por tal. Essa “história” seria dominada pelas políticas neoliberais e pela imposição das “regras do Consenso de Washington” aos países em desenvolvimento, o que resultaria, assim segue a teoria do complô, em que estes não possam o que antes fizeram os países ricos.

Todos sabem quais são essas políticas e não seria preciso estender-se em demasia em sua descrição: políticas macroeconômicas estáveis e responsáveis, redução do peso do Estado, liberalização comercial e do regime de investimentos estrangeiros, defesa dos contratos e dos direitos de propriedade intelectual, banco central independente, etc. Existe em vários setores críticos – mas que provavelmente nunca leram os textos originais – uma grande confusão entre, de um lado, o que pode ser eventualmente recomendado pelos conselheiros das instituições de Bretton Woods e, de outro lado, as regras originais do economista John Williamson, que detém o *copyright* – ou pelo menos os *moral rights* – sobre o chamado Consenso de Washington. Este “consenso”, em sua versão original, não compreendia nem a taxa de câmbio fixa (ele recomendava flexível), nem a liberalização do setor financeiro (ou dos movimentos de capitais, para ficar em algo mais tangível).

Não é o caso de dirimir essa confusão neste momento, tanto porque isto não parece preocupar aqueles que criticam de maneira leviana as “regras” de Washington, em primeiro lugar o próprio Chang. Sua principal missão é a de dismantlar essas regras, posto que elas seriam prejudiciais aos interesses atuais dos países em desenvolvimento. Usando mais suas impressões do que a pesquisa histórica, Chang recomenda o contrário: sua sugestão é a de que os países pobres façam aquilo que ele imagina que os países hoje ricos teriam feito nas etapas iniciais de crescimento e consolidação de seus processos de autonomia tecnológica.

E quais seriam essas políticas? Elas são muito diversas, obviamente, sendo que em alguns casos sequer houver políticas claramente definidas ou implementadas de maneira contínua segundo um plano pré-determinado. Mas Chang, em sua leitura seletiva dos dados históricos, identifica basicamente dois conjuntos de políticas que teriam sido usadas pelos países ricos em sua caminhada racional para o desenvolvimento: políticas industriais, do tipo “indústria infante” – tal como recomendado por List e, antes dele, pelo Secretário americano do Tesouro, Alexander Hamilton –, e comerciais. As principais medidas seriam o apoio direto às indústrias nacionais na fase inicial de instalação, por meio de subsídios, incentivos fiscais, proteção tarifária e outros tipos de defesa comercial e dirigismo setorial. Ele é bastante detalhista na coleta de medidas governamentais, ao longo do século 19 (e mesmo antes), que teriam sido mobilizadas para sustentar a industrialização desses países. O resultado entusiasma os dirigistas de várias épocas e de vários países, sobretudo aqueles que também pretendem criticar o suposto complô dos ricos e dos “washingtonianos”.

O fato é que os argumentos de Chang são distorcidos, seus “fatos” são incompletos e falham, lamentavelmente, em estabelecer as relações causais efetivas entre as medidas industrializantes apontadas por ele e o desenvolvimento dos países considerados, processo necessariamente mais complexo do que sua visão simplista da história. Ele não considera uma série imensa de outros fatores institucionais – tal como destacada por historiadores econômicos como Douglass North, por exemplo – e passa completamente por cima dos

fatores culturais e educacionais que sustentaram – não apenas a industrialização, mas – a transformação tecnológica abrangente que teve lugar em vários desses países (alguns deles não necessariamente industriais, mas “essencialmente agrícolas”, como Dinamarca e Nova Zelândia).

É, por outro lado, igualmente simplificadora sua visão de que foram aquelas medidas estatais que provocaram a industrialização e o crescimento econômico; como se os países ricos tivessem “planejado” racionalmente seu processo de desenvolvimento, por uma série de medidas encadeadas no tempo, e estruturalmente integradas umas às outras, todas elas com o objetivo expresso – e talvez pré-determinado – de provocar essa modernização. Ele certamente não considera a contraditória e muitas vezes improvisada colcha de retalhos que constitui a trama da história real, na qual, indivíduos, grupos de pressão, ideologias e, não menos importante, reações defensivas ou “imitativas”, interação de modo desordenado, ao sabor das relações de forças que se estabelecem na sociedade, para produzir um resultado que está longe de ser aquele desejado por categorias específicas de atores sociais.

A história não é certamente um livro branco, no qual governos supostamente esclarecidos podem ditar ordens e regras para sua implementação racional: ela é, bem mais, um pesado carro de bois que avança lentamente por uma estrada esburacada, com interrupções e deslizos que pouco têm de intencional ou planejado. Mesmo admitindo-se a existência de políticas claras para favorecer este ou aquele resultado antevisto – como costumam ser as medidas de subsídio industrial, de proteção tarifária ou de apoio logístico – é muito difícil ao honesto historiador econômico separar fatores estruturais e contingentes no complexo processo de desenvolvimento dos países atualmente ricos; a começar que eles não estavam desenhando políticas de desenvolvimento e sim respondendo a impulsos que lhes vinham de dentro e de fora, e nem sempre, aliás, pela mão dos governos.

Haveria muito mais a dizer sobre a peculiar leitura da história do professor Chang. Mas a discussão poderia nos levar muito longe, no espaço limitado deste ensaio. Bastaria, talvez, dizer isto: se o protecionismo comercial e as políticas dirigidas em apoio ao setor industrial fossem o sucesso que ele alega, nesse caso, os países da América Latina, que, durante várias décadas, praticaram ambos em doses altamente concentradas, deveriam ser hoje não apenas nações altamente industrializadas, como tecnologicamente desenvolvidas, o que obviamente não é o caso. Por outro lado, em sua própria Coreia natal, Chang deixa de ver todos os fatores institucionais e educacionais que favoreceram o seu desenvolvimento, e se concentra unicamente nas políticas industrializantes e de cunho comercial, que teriam, supostamente, impulsionado o crescimento e a transformação tecnológica. Em conclusão, como economista, Chang pode até ter seu valor de mercado, mas como historiador ele falha miseravelmente em comprovar as suas teses.

5. A arte de chutar escadas: uma fábula fabulosa

O que dizer, então, da outra parte deste mito ridículo, que consiste em afirmar que os países na vanguarda do progresso industrial atuam deliberadamente para impedir outros de os seguirem na “escada” do desenvolvimento? Essa tese é tão ridícula – como compete a uma “boa” teoria conspiratória da história – que nem valeria o esforço de desmenti-la, se não fosse a existência de tantos crédulos nos países retardatários, sempre em busca de um bode expiatório para culpá-lo pela sua industrialização deficiente ou seu desenvolvimento insatisfatório. Mais uma vez Chang falha em trazer as “provas históricas” desse tipo de argumento, e apenas avança as recomendações dos atuais “conselheiros washingtonianos” como a evidência de que os países ricos desejam manter todos os demais no fundo do poço

do não-desenvolvimento: para isso, eles “chutam a escada”, num sentido metafórico, claro, pois a única coisa que fazem seria recomendar políticas que inviabilizariam a “subida da escada”, mantendo os retardatários na eterna dependência dos que estão no topo.

Curioso que esses mesmos “alpinistas industriais” investem nos retardatários, e não apenas para contornar barreiras comerciais e outras restrições ao capital estrangeiro, como sabemos por todos os exemplos dos movimentos de capitais de risco na história econômica mundial. Mais curioso ainda é que todo esse ardor obstrucionista não impediu os Estados Unidos e a Alemanha, no século 19, e os demais países avançados, na passagem da segunda revolução industrial – grosso modo a partir dos anos 1870 – de galgarem eles também a escada da industrialização e do desenvolvimento econômico. Seria por que a história só começa, de verdade, quando as ex-colônias pretendem se industrializar? Mas tanto o Japão “feudal”, como a Coreia “colonial” desmentem a visão conspiratória do bloqueio dos ricos exercido contra os pobres periféricos, como isso também é cabalmente desmentido por outros exemplos atuais em outras regiões.

Certo, Chang e seus seguidores poderiam argumentar que os “asiáticos” – que são os exemplos que ele seguidamente invoca para comprovar a sua “teoria” – justamente não seguiram as recomendações do Consenso de Washington e por isso puderam se desenvolver com base em políticas ativas; aquelas mesmas supostamente utilizadas outrora pelos países ricos e que agora eles não mais recomendam aos retardatários (ao contrário, buscam impedir por todos os meios). A história é, contudo, mais complexa. Assim como Chang não conseguiu estabelecer relações de causalidade entre as suas “políticas ativas” e o progresso industrial e tecnológico nos países hoje ricos, ele tampouco consegue provar de maneira cabal que são essas políticas que estão na origem do desenvolvimento relativo dos países asiáticos.

O fato é que os países de desenvolvimento rápido na Ásia – e também em algumas outras regiões, como no Brasil, tempos atrás – conseguiram “construir” condições institucionais que puderam atender, eventualmente, a alguns dos “requerimentos” – talvez necessários, mas certamente não suficientes – que os colocaram no caminho da autonomia tecnológica e industrial; entre eles fatores de natureza fiscal, tributária, logística e, acima de tudo, de cunho cultural e educacional compatíveis com as “regras” do desenvolvimento. O processo é certamente complexo e reduzi-lo a medidas de política industrial ou comercial, quaisquer que sejam os méritos respectivos dessas últimas, pode tornar impossível o ato de manter-se fiel ao registro histórico e à realidade de determinadas experiências concretas.

De resto, existem tantos exemplos de sucesso quanto de fracasso na história da industrialização contemporânea – como a Europa do Sul ou a América Latina, até um período ainda recente da história econômica mundial – e estes últimos, curiosamente, não são enfatizados por Chang em sua “reconstituição” do desenvolvimento de uns e outros. O trabalho do historiador – *a fortiori* do “planejador” de desenvolvimento, também – envolve presumivelmente a consideração de todos os casos relevantes, e não apenas os de sucesso. É verdade que aprendemos tanto, ou mais, com os casos de fracasso – e mesmo com desastres espetaculares – pois são eles que podem nos indicar a combinação errada da “receita” do desenvolvimento – se é que ela existe –, quando os fatores de sucesso podem ser múltiplos e difíceis de determinar.

Como, aliás, indica a história da própria humanidade – na qual a maior parte dos povos ainda vegeta em baixos níveis de prosperidade e de bem-estar – o mundo é feito bem mais de “fracassos” que de “sucessos”, ainda que esses conceitos sejam altamente dúbios, para não dizer completamente equivocados. Dos 35 a 40 bilhões de seres humanos que já

viveram na superfície do planeta, provavelmente um número muito reduzido, equivalente, digamos, a 5% desse total, desfrutou, até hoje, de uma esperança razoável de vida, com o gozo simultâneo de bons padrões de alimentação e de bem estar. A afluência material – isto é, a “libertação” da penúria, da fome e da doença – ainda é algo relativamente “recente” na história da humanidade, correspondendo, talvez, aos últimos dois ou três séculos de avanços na agricultura e de progressos industriais.

Ao se questionarem “por que o mundo todo não é desenvolvido?”,⁷ os historiadores e economistas acabam chegando aos verdadeiros fatores de progresso material e de avanços tecnológicos que, longe de terem sido provocados por “políticas industriais e comerciais”, têm a ver, basicamente, com os ganhos de produtividade do trabalho humano ao longo do tempo e em diferentes sociedades, aspecto eminentemente vinculado ao desenvolvimento cultural, de modo geral, e à educação básica e técnica, de modo particular. Estes são fatores que um economista-historiador – mas Chang não é um – deveria considerar na avaliação das diferentes experiências nacionais de desenvolvimento, não um aspecto, apenas, da ação governamental em favor deste ou daquele ramo industrial.

Quanto ao complô dos países ricos para “chutar a escada” dos retardatários, bem, ficou, é verdade, faltando tratar desse “aspecto” da história com maior grau de detalhe. Mas a crença é tão ridícula que me constrange ter de levantar argumentos para derrubar hipótese tão fantasiosa. Para começar, ela contraria a “lógica” – se alguma existe – da economia de mercado (e do capitalismo, diriam alguns marxianos mais razoáveis) que consiste em ampliar continuamente a “esfera da acumulação” – para retomar esse linguajar barroco – e conectar os mercados de forma contínua. Como já tinha explicado Marx em 1848, o capital busca sempre derrubar barreiras feudais e muralhas de modos de produção ancestrais, para instalar suas máquinas infernais, que seriam teoricamente suscetíveis de submeter à sua dominação implacável os povos de todo o mundo, ainda que convertidos em um “exército industrial de reserva” (logicamente, para deprimir os salários dos trabalhadores na pátria de origem do capital; para o que mais seria?). Por que, nessas condições, desejaria o capital restringir as possibilidades de desenvolvimento capitalista na periferia? Deixo a resposta – se é que existe alguma, racional, quero dizer – aos adeptos da teoria do bloqueio capitalista.

A rigor, essa tese já era inoperante, inaplicável e “fantástica” na época do próprio mentor de Chang, o economista alemão Friedrich List – que publicou seu livro de economia política em meados do século 19 – e parece-me que ela continua a ser tudo isso, 150 anos depois. De fato, a teoria conspiratória não se sustenta, e só consegue desmoralizar seus partidários, a menos, claro, que eles sejam imbuídos dessa crença numa “história secreta do capitalismo”, que só consegue causar *frisson* naqueles imbuídos do “segredo desejo” de enterrar o (mal)dito sistema. A verdade é que, numa economia de mercado, que combina diversos tipos de capitalismo, o processo de desenvolvimento adota caminhos diversos, nenhum deles controlável por alguma força social específica, e muito menos por governos

⁷ Ver, a este propósito, o trabalho, já antigo, de Richard A. Easterlin, “Why Isn't the Whole World Developed?”, *The Journal of Economic History*, vol. 41, n. 1, The Tasks of Economic History, (Mar. 1981), p. 1-19; disponível: <http://links.jstor.org/sici?sici=0022-0507%28198103%2941%3A1%3C1%3AWITWWD%3E2.0.CO%3B2-Y>. Cabe reconhecer que esse autor foi excessivamente otimista em suas suposições mais importantes – sobre a disseminação cada vez mais rápida dos elementos culturais e educacionais que “produziram” desenvolvimento em vários países –, mas talvez ele tenha razão no longo prazo. Infelizmente, esse prazo tem-se revelado desnecessariamente mais longo do que o desejável para muitos povos, mas fatores políticos, não técnicos ou econômicos, podem explicar esse atraso inexplicável para os padrões da racionalidade ocidental.

ou atores sociais estrangeiros. Nessas condições, imaginar que capitalistas e burocratas do FMI e do Banco Mundial se reúnam na calada da noite – ou talvez nas reuniões anuais do Fórum Econômico Mundial – para encontrar maneiras de impedir países pobres de ascender na escala do desenvolvimento, cozinhando para eles receitas de não-desenvolvimento, acreditar nisso representa bem mais do que defender alguma teoria conspiratória da história e redundaria, simplesmente, em ofender a mais comezinha inteligência econômica (além de fazer pouco caso, obviamente, da própria inteligência dos burocratas e dirigentes de países pobres, ou pelo menos daqueles que não foram “comprados” pelos primeiros).

Quem adota esse tipo de postura – histórica ou econômica – também costuma enveredar por outras teorias fantasiosas para explicar o sucesso de alguns e a “derrota” de outros, posto que as teorias conspiratórias se retro-alimentam e produzem, de contínuo, novas razões para velhos fracassos, como, por exemplo, a persistente pobreza e a imensa desigualdade na maior parte dos países latino-americanos. Muitos – espera-se, ao menos, que este número seja decrescente – acreditam que isso se deve à exploração imperialista e à existência de estruturas capitalistas produtoras de miséria e de desigualdade; mas eu não preciso antecipar o que penso a respeito, não é mesmo? (disso tratarei em futuro ensaio). Os que assim “pensam” – se o verbo se aplica – não estão apenas ofendendo a simples verdade dos fatos e distorcendo a natureza do processo histórico; eles também estão diminuindo suas próprias chances de ascenderem a uma explicação mais consistente sobre as verdadeiras causas do atraso de alguns povos e do progresso de outros. De certa forma, eles estão “chutando a escada” que os levaria a um patamar superior de conhecimento.

Mas este parece ser o destino de muitas falácias acadêmicas: baseadas num contato superficial com a realidade, elas acabam desenvolvendo uma explicação de “senso comum” que não é apenas redutora e simplista, mas que se alimenta de suas próprias crenças equivocadas.

Até a próxima falácia...